ISSN: 2358-8829

GESTÃO ESCOLAR, EPISTEMICÍDIO E IDENTIDADES NEGRAS: PRÁTICAS DISCURSIVAS HUMANIZADAS EM UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL EM CODÓ (MA)[1]

Cynthia Ferreira do Vale[2]
Maria Leide da Silva Lima[3]
Ana Amércia Lopes Araújo[4]
Atália Talita da Silva[5]
Maria de Fátima Sousa Silva[6]

INTRODUÇÃO

A escola pública brasileira cresceu tendo como referência um modelo europeu de saber, de língua e de fé, que por muito tempo foi tratado como o único possível. Em lugares onde a maior parte dos estudantes é negra, essa herança cria um descompasso que se sente no dia a dia: crianças e jovens que trazem de casa matrizes africanas e afro-brasileiras passam o dia em uma instituição cujo currículo, cujas rotinas e cuja linguagem nem sempre os enxergam. Sueli Carneiro (2005) deu nome a esse processo: epistemicídio. Para a autora, trata-se de um conjunto de mecanismos que retira das pessoas negras a condição de produtoras de conhecimento e que, na escola, atinge a autoestima, o sentimento de pertença e o próprio percurso escolar. Djamila Ribeiro (2019) retoma essa discussão e lembra que o silenciamento das vozes negras passa por uma pergunta simples e incômoda: quem tem autoridade para falar e quem é, de fato, ouvido?

Este texto é um recorte da pesquisa de mestrado em andamento no PPGEEB da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de Codó, na linha Ensino e Linguagens, sob orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima Sousa Silva. A

[1] Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado em andamento no PPGEEB da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de Codó, linha Ensino e Linguagens.
[2] Graduada em Letras. Especialista em Gestão Escolar. Mestranda PPGEEB/UFMA. Gestora Administrativa da E.T.I. Senador Archer, Codó (MA). E-mail: cynthia.vale@discente.ufma.br.
[3] Graduada em Pedagogia. Especialista em Educação Especial e Inclusiva. Gestora Pedagógica da E.T.I. Senador Archer, Codó (MA).
[4] Graduada em Ciências. Especialista em Ensino de Ciências Naturais. Professora da E.T.I. Senador Archer, Codó (MA).
[5] Licenciada em História. Professora da E.T.I. Senador Archer, Codó (MA).
[6] Professora orientadora. Doutora em Educação (UNESP). Professora Adjunta e Coordenadora do Curso de Pedagogia, CCCO/UFMA. E-mail: mfs.silva@ufma.br.

dissertação, intitulada *Práticas Discursivas na Gestão Escolar: a tessitura entre afeto e autoridade ética em uma Escola em Tempo Integral de Codó-MA*, investiga como a linguagem da gestão produz sentidos no cotidiano da escola e propõe o Gênero Afetivo-Dialógico (GAD) como construto para compreender um modo de comunicar em que afeto e autoridade ética caminham juntos. Neste resumo, olhamos para uma dimensão que atravessa toda a pesquisa e que, no território onde trabalhamos, não poderia ficar de fora: a relação entre a palavra da gestão e as identidades negras dos sujeitos escolares.

O território é Codó, no Maranhão, cidade marcada pela forte presença de matrizes africanas, que aparecem, entre outras expressões, nas religiosidades afro-brasileiras como o terecô, historicamente estigmatizadas na região (FERRETTI, 1993). Quem vive aqui sabe que essa riqueza cultural divide espaço com o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), e que a escola não está imune a ele. O *locus* da pesquisa é a Escola de Tempo Integral (E.T.I.) Senador Archer, onde atuamos. Em uma escola de jornada ampliada, estudantes e profissionais passam juntos a maior parte do dia. A palavra da instituição está na acolhida da manhã, na fila do refeitório, nos corredores, nas reuniões, nos bilhetes e nas mensagens enviadas às famílias, e por isso tem um peso formativo que não pode ser ignorado.

Três motivos sustentam este estudo. O primeiro é que a legislação já determina o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (BRASIL, 2003; 2008), mas a lei só ganha vida quando chega às práticas de todo dia, que vão muito além do currículo formal. O segundo é que as pesquisas sobre relações raciais na escola costumam olhar para o currículo e para a sala de aula; a linguagem da gestão e a voz dos profissionais de apoio aparecem bem menos. O terceiro diz respeito ao lugar da gestão. Quem conduz a escola fala de uma posição de autoridade, e o que diz ajuda a definir o clima da instituição. Essa palavra pode reconhecer os sujeitos ou pode repetir, sem alarde, aquilo que Cavalleiro (2000) chamou de silêncio escolar diante do racismo. Há ainda uma razão que não escondemos: parte de nós integra a equipe gestora da escola pesquisada. Estudar a própria prática é um gesto de responsabilidade, mas pede cuidados metodológicos, que explicamos mais adiante.

A pergunta que nos move é: a palavra que a gestão dirige aos sujeitos escolares reconhece ou apaga as identidades negras que eles carregam? O objetivo geral é analisar em que medida as práticas discursivas da gestão da E.T.I. Senador Archer funcionam como mediação de reconhecimento dessas identidades ou como reprodução silenciosa do epistemicídio. Como objetivos específicos, buscamos identificar enunciados da gestão

que nomeiam ou apagam referências culturais, linguísticas e espirituais dos estudantes; compreender como estudantes e funcionários de apoio interpretam essas palavras; e relacionar as práticas discursivas da gestão ao vínculo com a escola e à permanência escolar. Esses objetivos conversam de perto com o primeiro objetivo específico da dissertação, que é mapear os gêneros discursivos produzidos pela gestão.

O estudo é qualitativo e se apoia na Análise Dialógica do Discurso. No campo teórico, colocamos em diálogo, sem hierarquia, o epistemicídio (CARNEIRO, 2005; RIBEIRO, 2019), a Amefricanidade (GONZALEZ, 1988), a pedagogia engajada (HOOKS, 2013), a conscientização (FREIRE, 1979) e a gestão como mediação (PARO, 2005). A pesquisa ainda está em andamento, mas os dados preliminares já apontam que, quando a gestão humaniza sua palavra de forma nomeada e intencional, o vínculo dos estudantes com a escola se fortalece.

METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa (MINAYO, 2015) e foi desenhada como estudo de caso em uma única escola, a E.T.I. Senador Archer, em Codó (MA). Escolhemos esse caminho porque nos interessa entender com profundidade como a linguagem institucional produz sentidos em um território concreto, sem pretensão de generalização estatística. Por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, os dados discutidos neste resumo são preliminares. A amostra é a mesma da dissertação: três grupos de participantes, com produção de dados ao longo de 2026.

O referencial de análise é a Análise Dialógica do Discurso, de base bakhtiniana (BAKHTIN, 2011; BRAIT, 2005). Para Bakhtin, o enunciado é a unidade real da comunicação: nunca é neutro, sempre responde a algo que já foi dito, se dirige a alguém concreto e só faz sentido dentro de uma situação social. Analisar a palavra da gestão, então, significa perguntar quem fala, para quem, de que lugar institucional, com qual intenção e com que efeito sobre quem escuta. Essa escolha combina com o problema que investigamos, já que silenciar e acolher são acontecimentos da linguagem e das relações. É desse mesmo olhar que nasce o Gênero Afetivo-Dialógico, pensado na dissertação para descrever a comunicação da gestão quando afeto e autoridade ética deixam de ser vistos como opostos.

ISSN: 2358-8829

Participam da pesquisa os três grupos previstos na dissertação, que incluem a equipe gestora e os funcionários de apoio, como profissionais da merenda, da limpeza, da portaria e da vigilância. Incluir esses trabalhadores é a escolha metodológica que mais nos importa neste estudo. São eles que recebem os estudantes no portão, servem as refeições e acompanham os intervalos, ocupando espaços onde a palavra da escola acontece de modo menos formal e quase nunca fica registrada. Além disso, deixá-los de fora seria repetir, dentro da própria pesquisa, o silenciamento que queremos criticar. Por isso, entendemos essa inclusão como um gesto decolonial.

Os dados são produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas, com roteiros próprios para cada grupo de participantes, e de análise documental dos textos produzidos pela gestão, como ofícios, comunicados às famílias, mensagens dos grupos de WhatsApp e publicações do perfil da escola no Instagram, com atenção especial aos ofícios produzidos antes e depois da implantação do tempo integral. A análise segue quatro movimentos: leitura repetida e atenta do material; identificação dos enunciados em que a gestão nomeia, silencia ou aciona referências culturais, linguísticas e espirituais de matriz africana; organização desses enunciados nas três categorias analíticas da dissertação, Mediação Dialógica, Afeto Político e Vínculo Ético-Reflexivo; e leitura das relações dialógicas entre as vozes da gestão, dos estudantes e dos funcionários de apoio, observando onde elas se encontram e onde se tensionam.

A pesquisa segue as Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016. Os participantes assinam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, no caso de menores, o Termo de Assentimento, com autorização dos responsáveis. As identidades são preservadas por meio de códigos, e não usamos imagens de participantes. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa por meio da Plataforma Brasil.

Precisamos dizer de onde falamos. Parte das autoras deste texto integra a equipe gestora da escola, e a pesquisadora responsável pela dissertação é a gestora administrativa da unidade. Esse lugar nos dá um acesso ao campo que alguém de fora dificilmente teria, mas traz um risco real: o de a pesquisa virar uma justificativa das nossas próprias práticas. Para enfrentar esse risco, contamos com a orientação acadêmica externa, com a escuta cuidadosa das vozes de apoio, com a análise dos dados em conjunto com professoras que não fazem parte da gestão e com o compromisso de devolver os resultados à comunidade escolar. A própria gestão é entrevistada e tem seus textos analisados. Nossas palavras, portanto, também estão sob crítica.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

Partimos do conceito de epistemicídio. Carneiro (2005) mostra que a dominação racial no Brasil não se sustenta apenas pela violência material. Ela se apoia também na negação, às pessoas negras, da condição de sujeitos de conhecimento, o que envolve desqualificar seus saberes, inferiorizá-las intelectualmente e produzir uma autoestima rebaixada, muitas vezes por meio da própria educação. Nesse quadro, a escola pode ser um lugar de reprodução do epistemicídio. Ribeiro (2019) amplia a discussão ao apontar que a hierarquia dos saberes e o controle sobre quem tem a voz legítima fazem parte do racismo estrutural. O problema sai, assim, do campo das atitudes individuais e passa ao das estruturas e dos lugares sociais. Almeida (2019) reforça esse deslocamento ao mostrar que o racismo está na forma como as instituições funcionam, e não só em desvios de conduta de algumas pessoas. Na dissertação, a obra de Carneiro também sustenta nosso olhar interseccional, porque na escola raça, gênero e classe se cruzam o tempo todo, inclusive na linguagem com que a gestão se dirige às famílias.

Lélia Gonzalez (1988) nos ajuda a ler o território. Com a categoria de Amefricanidade, a autora nomeia a experiência histórica e cultural de africanos e ameríndios nas Américas, feita de resistência, reinvenção e criação. A partir dela, Codó deixa de ser vista como lugar da falta e aparece como lugar de produção cultural, onde religiosidades, oralidades e modos de vida de matriz africana são patrimônio vivo. A mesma autora (GONZALEZ, 1984) chama de “pretuguês” a marca africana no português falado no Brasil. Isso torna a dimensão linguística do apagamento especialmente importante para nós: corrigir ou desvalorizar o jeito de falar dos estudantes pode ser, ao mesmo tempo, uma prática pedagógica comum e um gesto que silencia a identidade.

De bell hooks (2013) vem a ideia de pedagogia engajada. A autora entende a educação como prática da liberdade e trata o afeto, o cuidado e o bem-estar como questões políticas da relação educativa, e não como gentilezas. Para ela, transgredir as estruturas de dominação exige que a escola reconheça os sujeitos por inteiro, com suas histórias, seus corpos e seus pertencimentos. Neste trabalho, levamos essa perspectiva da sala de aula para a gestão: se o afeto é político, a palavra de acolhimento dita por quem administra a escola também é. Daí vem a categoria Afeto Político, uma das três que organizam a análise da dissertação.

Paulo Freire completa esse quadro. Para ele, a educação libertadora começa quando o educando é reconhecido como sujeito de cultura e de saber (FREIRE, 1979). A palavra verdadeira une ação e reflexão e, por isso, transforma o mundo; negar a palavra ao outro é uma forma de opressão (FREIRE, 1987). O reconhecimento cultural, então, vem antes do diálogo, e não depois dele. Por isso perguntamos o que a gestão diz e também o que ela deixa de dizer. Em Freire (1996) buscamos ainda a ideia de uma autoridade que não se confunde com autoritarismo e que se sustenta na coerência entre o que se fala e o que se faz. É essa autoridade ética que a dissertação procura na linguagem da gestão.

Por fim, Vitor Paro (2005) ancora a pesquisa no campo da gestão escolar democrática. O autor entende a administração escolar como mediação, isto é, como um conjunto de meios a serviço dos fins pedagógicos e da formação de sujeitos. Para ele, uma gestão democrática pressupõe a participação de todos que fazem a escola. Essa perspectiva nos permite afirmar que o trabalho de todos os profissionais, inclusive os de apoio, tem dimensão educativa, o que justifica a presença de suas vozes nesta pesquisa.

Nenhuma dessas perspectivas funciona aqui como teoria principal. Cada uma ilumina um lado do mesmo fenômeno. O epistemicídio dá nome ao problema; a Amefricanidade mostra o território e sua riqueza; a pedagogia engajada e a conscientização oferecem o fundamento ético e político do reconhecimento; a gestão como mediação indica o lugar institucional de onde a palavra sai. Elas se encontram na palavra da gestão, entendida como prática discursiva que tem efeitos sobre a formação de quem a recebe. Quando essa palavra reconhece, de modo nomeado e intencional, a identidade cultural, linguística e espiritual do sujeito, nós a chamamos de “Palavra que Acolhe”. Na pesquisa, ela é uma das formas concretas pelas quais o Gênero Afetivo-Dialógico se realiza no cotidiano, sobretudo quando a questão racial está em jogo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como a pesquisa ainda está em andamento, os dados apresentados aqui são preliminares. Até o momento, analisamos as primeiras entrevistas, realizadas com uma integrante da equipe gestora e com um funcionário de apoio da portaria e vigilância, além de parte dos textos produzidos pela gestão. Esses dados estão organizados nas três categorias analíticas da dissertação, lidas agora a partir da questão racial.

ISSN: 2358-8829

Mediação Dialógica: entre a palavra que apaga e a palavra que nomeia. Nesta categoria estão os enunciados em que a gestão abre ou fecha espaço para a voz do outro. Quando fecha, o apagamento raramente aparece como proibição. Ele aparece na ausência de menção, na correção constante do jeito de falar, na ideia, quase nunca dita em voz alta, de que a religiosidade da família deve ficar do lado de fora do portão, e na expectativa de que o estudante se ajuste a um padrão institucional que se apresenta como neutro. À luz de Carneiro (2005), essa é uma forma cotidiana e pouco visível de epistemicídio, em que o pertencimento é oferecido em troca de o estudante abrir mão de uma parte de si. Cavalleiro (2000) lembra que o silêncio da escola diante do racismo também comunica: ele ensina o que não pode ser dito. Em Codó, onde a cultura afro-brasileira está em toda parte, esse silêncio fica ainda mais contraditório. Quando abre espaço, a gestão chama o estudante pelo nome, valoriza os saberes da família e da comunidade, trata a origem cultural como recurso e escuta os conflitos antes de decidir. Um episódio da própria pesquisa mostra que nomear muda a prática. Depois que apresentamos, no EPEN de 2026, um trabalho sobre a linguagem generificada da gestão, a equipe gestora passou a usar a expressão “familiares responsáveis” nos comunicados enviados às famílias. É uma mudança pequena, mas mostra que, quando a gestão olha com atenção para a própria palavra, ela consegue transformá-la.

Afeto Político: as vozes de apoio e o acolhimento intencional. Esta categoria reúne as falas sobre cuidado, acolhimento e escuta, e é nela que a presença dos funcionários de apoio mais se destaca. Esses profissionais estão na linha de frente do cotidiano: recebem, alimentam, orientam e observam os estudantes e, muitas vezes, dividem com eles o mesmo bairro, a mesma história e a mesma matriz cultural. Suas falas mostram como a palavra da gestão é recebida, traduzida ou contrariada no chão da escola, e indicam que eles mesmos podem ter sido alvo do apagamento que a escola exerce sobre os estudantes. Escutá-los amplia nossa compreensão do fenômeno e, ao mesmo tempo, os reconhece como sujeitos de conhecimento. Outro ponto que chama atenção é a diferença entre o acolhimento espontâneo, que depende da sensibilidade de cada pessoa, e o acolhimento nomeado e intencional, assumido pela gestão como princípio e comunicado à comunidade. Quando é nomeado, o cuidado deixa de ser traço de personalidade e se torna prática da instituição, algo que pode ser reconhecido e compartilhado pelos demais profissionais. Isso conversa com hooks (2013), para quem cuidar é um ato político, e com

Paro (2005), para quem a gestão democrática só acontece quando a participação chega a todos que educam, estejam ou não em sala de aula.

Vínculo Ético-Reflexivo: pertencer para permanecer. Esta é a categoria que responde mais diretamente à nossa pergunta. Os dados até aqui sugerem que, quando a gestão humaniza sua palavra de forma nomeada e intencional, isso repercute no vínculo dos estudantes com a escola, ou seja, na sensação de que ali eles podem ser quem são, e, por consequência, na permanência. Na escola de tempo integral esse efeito pesa ainda mais, porque a jornada longa aumenta tanto a força do acolhimento quanto o desgaste causado pelo silenciamento. Essa leitura muda o foco habitual. Em vez de explicar o desinteresse e a evasão por supostas faltas dos estudantes e de suas famílias, passamos a olhar para as condições que a instituição oferece para que eles se sintam parte dela, o que está de acordo com a leitura estrutural do racismo em Almeida (2019). O lado reflexivo do vínculo vale também para nós: ele depende de a gestão estar disposta a rever a própria fala, como aconteceu no caso dos comunicados.

Uma ressalva é necessária. Acolher, sozinho, não desfaz o epistemicídio. Uma palavra gentil que não reconhece de forma explícita a questão racial e cultural pode manter o silêncio, só que de um jeito mais educado, o que se aproxima do mito da democracia racial criticado por Gonzalez (1984). Por isso, a Palavra que Acolhe precisa nomear as identidades negras e suas referências, e precisa vir acompanhada de mudanças no currículo, no Projeto Político-Pedagógico e na formação continuada, como preveem as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Humanizar a linguagem da gestão é condição necessária para uma gestão antirracista, mas ainda não é suficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da pergunta sobre se a palavra da gestão reconhece ou apaga as identidades negras dos sujeitos escolares. Os dados preliminares mostram que essa palavra é ambivalente: pode reconhecer ou pode reproduzir o epistemicídio em silêncio, e o que faz a diferença é ela ser, ou não, nomeada e intencional. Quando a humanização da linguagem é assumida como princípio da instituição, o vínculo dos estudantes com a escola se fortalece, o que favorece sua permanência em um território de maioria negra.

Para a dissertação, este recorte amplia a compreensão do Gênero Afetivo-Dialógico, ao mostrar que afeto e autoridade ética, na gestão de uma escola de Codó, não

se separam da questão racial. Como contribuições, destacamos a noção de Palavra que Acolhe como forma de ler a linguagem da gestão, o diálogo sem hierarquia entre epistemicídio, Amefricanidade, pedagogia engajada, conscientização e gestão como mediação, e a escuta dos funcionários de apoio como sujeitos de pesquisa. Para quem está na gestão, o estudo sugere ações simples e de baixo custo: nomear o acolhimento, cuidar da linguagem de todo dia, inclusive nos comunicados escritos e digitais, escutar quem trabalha no apoio e levar o reconhecimento das identidades negras para o Projeto Político-Pedagógico. Essas pistas também alimentam o produto educacional da dissertação, formado por um minicurso on-line e por um material de apoio com modelos de comunicação voltados às equipes gestoras.

O trabalho tem limites que precisam ser ditos: é um estudo de caso em uma única escola, ainda em andamento, com dados preliminares, conduzido em parte pela própria gestão. Nas próximas etapas da dissertação, vamos concluir as entrevistas e a análise documental. Outros estudos poderiam acompanhar trajetórias de estudantes ao longo do tempo, comparar escolas de outros territórios e investigar a formação continuada de gestores para as relações étnico-raciais. Esperamos que esta pesquisa ajude a escola de tempo integral, em territórios negros como Codó, a ser um lugar onde ninguém precise deixar de ser quem é para pertencer.

Palavras-chave: Epistemicídio; Identidades negras; Amefricanidade; Gestão como mediação; Palavra que Acolhe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 mar. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jun. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 maio 2016.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

FERRETTI, Mundicarmo. **Encantaria de "Barba Soeira"**: Codó, capital da "magia negra"? São Paulo: Siciliano, 1993.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.